

14.junho.2012 – 12h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: **Sindicato dos Músicos, dos Profissionais de Espetáculo e do Audiovisual**

Adriano Aguiar (presidente da direção), Luís Cunha (membro da direção), Manuel Quadros (delegado sindical), António Jorge Nogueira (comissão de trabalhadores), Leonor Salazar (Representante da Comissão Instaladora da Comissão de Pais e Encarregados de Educação) e Vera Jamila (professora).

Recebido por: Maria Conceição Pereira (PSD); Isilda Aguincha (PSD); Inês de Medeiros (PS), Odete João (PS) e Inês Teotónio Pereira (CDS-PP).

Assunto: Despedimento coletivo na Associação Música, Educação e Cultura - O Sentido dos Sons

Exposição: Os representantes do Sindicato dos Músicos, dos Profissionais de Espetáculo e do Audiovisual agradeceram a concessão da audiência e afirmaram que, para além da preocupação com a atual situação da Metropolitana, existem outras questões que também gostariam de expor e que dizem respeito à lei do cinema e ao atrofamento deste setor e à revisão curricular. Referiram-se à situação dos professores do ensino especializado da música, que assistem, anualmente, à abertura de concursos para o preenchimento de necessidades transitórias, quando as necessidades são permanentes, existindo vagas por preencher nos quadros há anos.

Em relação à Metropolitana, fizeram uma breve síntese dos desenvolvimentos desde a última reunião nesta Comissão, realizada em 01 de fevereiro último:

- As sucessivas reduções salariais (primeiro 5%, depois 25% e depois 20% para os escalões mais elevados) despoletaram o agudizar das relações laborais de forma extrema;
- Foi encomendado um estudo ao ISCTE sobre a situação da Associação Música, Educação e Cultura (AMEC), cujas conclusões deverão ser apresentadas em junho;
- Entretanto, e sem qualquer fundamentação, houve um processo de despedimento coletivo de 7 funcionários, ao arrepio do estudo do ISCTE, ainda a decorrer, sendo que alguns desses funcionários eram representantes dos trabalhadores da AMEC, o que prefigura uma situação de perseguição política;
- Ao longo deste processo, e num regime quase ditatorial, os funcionários foram coagidos a assinar a adenda aos cortes salariais, sendo que 100 assinaram e 45 recusaram;
- A pressão tem afetado os professores e o seu desempenho;
- À direção tem sido permitida uma série de privilégios, de entre os quais a acumulação de cargos;
- O Secretário de Estado da Cultura foi o único dos fundadores que não apoiou a proposta de despedimento coletivo.

A representante da Comissão Instaladora da Comissão de Pais e Encarregados de Educação, Leonor Salazar, fez referência às divergências que opõem os trabalhadores da AMEC à direção e manifestou a sua preocupação em relação ao despedimento de muitos professores que asseguram diversos projetos pedagógicos. Mencionou ainda que a desvinculação deste corpo docente terá como consequência a impossibilidade de cerca de 150 alunos prosseguirem a sua formação, com a agravante de o período de acesso a outras instituições estar já ultrapassado e de não existirem quaisquer alternativas ao atual corpo docente que assegure a metodologia Suzuki. Assim, indicou os sete requisitos que apresentaram em prol da excelência e da qualidade: estabilidade e qualidade do corpo docente, manutenção dos projetos educativos distintos, valorização da multiplicidade de experiências formativas, normal funcionamento do restante ano letivo e informação clara quanto ao próximo ano letivo; entrada em funcionamento de uma associação de pais e encarregados de educação, relação qualidade-preço compatível com serviço prestado e as condições disponibilizadas e participação responsável, continuada e empenhada dos fundadores no futuro da AMEC. Por último, a representante dos pais fez referência à ausência de projeto educativo nas escolas.

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) fez referência, em primeiro lugar, à tramitação processual da Lei do Cinema, que ainda não deu entrada na Assembleia da República. Em relação à situação dos professores do ensino especializado da Música, referiu que iria acompanhar esta questão, que desconhecia. Relativamente à situação do despedimento coletivo, considerou que, no caso de se tratar de perseguição política, poderão recorrer aos Tribunais. Perguntou, por fim, o que vai acontecer aos funcionários que não assinaram a adenda aos cortes salariais e se há indicação em relação ao prazo de entrega dos resultados do estudo do ISCTE. Mostrou-se ainda surpreendida face à ausência de projeto educativo.

A Sra. Deputada Inês de medeiros (PS) considerou incompreensível que a AMEC, que é constituída por três escolas, não tenha um projeto educativo. Deu ainda conta da indicação dada pelo Secretário de Estado da Cultura, na última audição na Comissão, sobre a parceria com a Universidade Nova de Lisboa para o financiamento do ensino superior na AMEC. No que diz respeito ao comportamento da direção em relação às questões laborais, sugeriu um pedido de audiência à 10ª Comissão. Colocou ainda algumas questões, nomeadamente sobre as razões que têm sido apontadas para a redução de salários, sobre as medidas que tencionam tomar em relação ao despedimento dos 7 trabalhadores. Pediu ainda que esclarecessem se um destes trabalhadores não tinha sido já despedido antes, tendo, posteriormente, sido readmitido, na sequência de uma decisão dos tribunais.

A Sra. Deputada Conceição Pereira (PSD) referiu-se à forte ligação que mantém com a AMEC, sendo que a autarquia a que está ligada é uma das poucas promotoras regionais que se mantém na AMEC. Questionou ainda sobre a perceção com que ficaram da reunião que mantiveram com os fundadores, em relação à direção, se há vontade de terminarem com este projeto ou se lhe vão dar continuidade. Em relação aos trabalhadores despedidos, perguntou se estavam na AMEC a tempo inteiro.

Respondendo às questões colocadas, os representantes da AMEC referiram-se à dificuldade de recorrerem para os tribunais, sob pena de fazerem perigar ainda mais a sobrevivência de uma instituição, que tem já avultadas dívidas aos tribunais. Em relação às pessoas que não assinaram a adenda, estão a ser penalizadas, porque lhe está a ser retirada essa verba.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Referiram-se ainda às pressões laborais ilícitas, que terão consequências ao nível do abandono dos alunos, sendo já certo que 40 abandonarão a instituição, prevendo-se que possam abandonar cerca de 150. Fizeram alusão à promiscuidade de interesses em relação à encomenda do estudo do ISCTE e afirmaram ter a indicação de que a Universidade Nova de Lisboa não dispõe de condições para integrar a escola da Metropolitana.

Relativamente aos profissionais que foram despedidos, 4 encontravam-se em regime de exclusividade. Confirmaram ainda que um dos despedidos já o tinha sido anteriormente e readmitido por decisão dos tribunais. Relativamente à posição dos fundadores, perceberam uma vontade de continuar com o projeto e um nítido apoio da Câmara Municipal de Lisboa, referindo que aguardam uma reunião com o seu presidente

A documentação desta audiência encontra-se disponível na [página da Comissão](#), na Internet.

Palácio de São Bento, 14 de junho de 2012

A assessora da Comissão

Cristina Tavares